



## As fronteiras da civilização em Eça de Queirós

**Prof. Dr. Hélder Garmes**

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

**Resumo:** Se, no final do século XIX, a idéia de um projeto civilizatório europeu ainda era bem vista aos olhos das elites políticas nacionais em todo o continente, os perigos ocasionados pela padronização cultural começam a ser vislumbrados por críticos mais sagazes, como foi o caso de Eça de Queirós. De *Prosas bárbaras* à *Revista de Portugal*, toda a obra de Eça está repleta de comentários que refletem sobre a expansão colonial europeia, tomada ora como um bem, ora como um mal. Apresenta uma série de contradições que, por um lado, revela seu relativismo cultural e, por outro, seu eurocentrismo. De qualquer maneira, apresenta uma perspectiva crítica em relação ao progresso e à ciência positiva, perspectiva que, qual novo velho do Restelo, surge no cerne mesmo do desenvolvimento de uma mentalidade neo-colonial positivista. Será essa mesma mentalidade que orientará a atividade dos europeus na divisão política e ocupação efetiva da África e justificará a imposição de seu modo de vida, isto é, o modo de vida civilizado, ao resto do mundo. Interessa, portanto, investigar qual é a extensão e atualidade da contestação que fez Eça a uma europeização do mundo.

Se, no final do século XIX, a idéia de um projeto civilizatório europeu era ainda bem vista aos olhos das elites políticas nacionais em grande parte do continente, os males ocasionados pela padronização cultural mundial começaram a ser vislumbrados por críticos mais sagazes, como foi o caso de Eça de Queirós.

A noção de “civilização” nessa altura poderia ser resumida como “modernização tecnológica, liberalismo político-econômico e sofisticação” no âmbito da Europa, mas

também como “evolução humana e concorrência racial” quando aplicada ao espaço colonial. Alguns estratos da sociedade, em especial aqueles que tinham vínculos estreitos com as colônias, como etnólogos, missionários etc., passaram a questionar tais acepções. Ainda que este não fosse exatamente o caso de Eça de Queirós, de algum modo ele se viu na contingência de se alinhar a tais críticos. Depois de ter visitado o Egito e a Palestina, permanecendo alguns meses em Cuba e viajado pelos Estados Unidos, acabou por contribuir por um longo período com a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, além de conviver com muitos brasileiros residentes em Paris. Tudo isso fez com que as preocupações com a questão colonial entrassem na ordem do seu dia, ainda que tangencialmente. Sua preocupação central no que diz respeito à civilização era com a falta de modernidade de Portugal. No entanto, a referida “evolução humana” dos não-europeus acabou se colocando em alguma instância como problema para Eça.

Muito já se escreveu sobre a questão da civilização na obra ficcional de Eça, tendo em vista o conto “Civilização” e o romance *A cidade e as serras*, que tratam explicitamente do tema. No fundo, toda a obra de Eça reflete a preocupação com esse tema. Neste trabalho, procuramos tratá-lo em textos não ficcionais, no intuito de ver como tais textos podem contribuir para elucidar tal noção na obra de Eça. Focamos nossa atenção no emprego que Eça fez da palavra “civilização” naqueles textos publicados nas *Cartas de Londres* (colaboração de Eça no jornal português *Actualidade* entre 1877 e 1878), nas *Cartas de Inglaterra* (colaboração de Eça na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 1800 e 1882) e nas *Cartas familiares e bilhetes de Paris* (colaboração na mesma gazeta, de 1893 a 1897). Creio que as acepções da palavra presentes nestes textos nos dão elementos suficientes para compreendermos como Eça concebeu a idéia de civilização. Vale lembrar que este trabalho teve como pontos de partida aqueles desenvolvidos, sob minha orientação, por Idelvânia dos Santos Lopes na Universidade de São Paulo, intitulado “A presença das colônias na obra de Eça de Queirós”, ainda não publicado, assim como no trabalho de José Carlos Siqueira, “Reflexão e formação: as crônicas de Eça de Queirós para o Brasil”, também ainda inédito.

***Em busca de uma perspectiva fenomenológica da civilização***

Creio que a perspectiva crítica dos últimos textos de Eça guarda alguma relação com uma visão fenomenológica ou ao menos fenomenalista<sup>1</sup> de mundo. É provável que não acreditasse que a realidade fosse um conjunto de fenômenos que tivesse uma essência a ser intuída, mas certamente tomava a realidade de forma fenomênica, pois muitas vezes a abordava a partir de vários prismas, fazendo invejável uso da ironia e sugerindo que a verdade estaria diluída nos vários pontos de vista confrontados.

O crescente exercício de tal olhar permitiu a Eça flexibilizar noções muito importantes no universo de seus interesses, tais como: civilização, história ou nacionalidade. Trataremos aqui apenas da idéia de civilização.

Desde sua estréia na literatura até o início da década de 1880, há certa homogeneidade no modo como trata a idéia de civilização, tomando a Inglaterra como paradigma de modernização tecnológica e a França como paradigma de sofisticação. Um claro exemplo de civilização francesa entendida como sinônimo de sofisticação aparece no trecho abaixo, extraído da crônica de 14 de Abril de 1877.

*A season* – os três meses elegantes e aristocráticos de Londres – começa lentamente a organizar-se. Ordinariamente, a aristocracia inglesa, depois da Páscoa, vai a Paris: o príncipe de Gales é o primeiro. Passou-se o Inverno no campo, nos castelos, na caça, e antes do encontro oficial em Londres, vai-se respirar a Paris uma larga golfada de civilização: vê-se o último tom das *toilettes*, os cortes da Primavera na Lafferrière e no Worth, folheia-se o último livro de Goncourt, faz-se uma passagem nos salões do Eliseu, vê-se a novidade da Páscoa na Comédie Française, vai-se ao Café Anglais e à Maison d’Or, à vontade, de chapéu, o que é para uma *lady* inglesa uma adorável extravagância, e volta-se à representação pesada e solene de Londres. (Queirós, 2000, p.934)

Londres podia ser pesada, solene, mas era industriosa e culta. Em “Acerca de livros”, publicado em *Cartas de Inglaterra*, Eça comenta:

Não sei se é possível calcular o número de volumes publicados anualmente em Inglaterra. Não me espantaria que se pudessem contar por dezenas de milhares. Aqui tenho eu diante de mim, no número de ontem do *Spectator*, a lista dos livros lançados esta semana: noventa e três obras! E isto é apenas a lista do *Spectator*. (Queirós, 2000, p.1087)

---

<sup>1</sup> Fenomenalista no sentido kantiano do termo, isto é, o homem só pode conhecer os fenômenos tal como os percebe e jamais tal como seriam.

França e Inglaterra apareciam, portanto, como exemplos invejáveis do progresso da humanidade e de civilização superior. Mas retomando a crônica de 14 de abril de 1877, ao tratar do interesse inglês por Lourenço Marques, hoje Maputo, assim diz:

Pintam-no como um país fértil, rico, de grande futuro, em plena anarquia: funcionários, instituições, edifícios, serviços públicos, atividade local – tudo é descrito como num estado desolador de dissolução e de inércia. O *Pall Mall*, jornal do governo, tem insistido nestes detalhes.

De resto não é raro encontrarmos nos jornais ingleses estas pinturas falsamente carregadas de civilização portuguesa na África [...] (Queirós, 2000, p.940)

Aqui civilização aparece como sinônimo de colonização. A expressão “civilização portuguesa na África” significa, de fato, “colonização portuguesa na África” – que nessa altura Eça não considerava tão dissoluta e inerte quanto queriam pintar os ingleses.

Portanto, civilização podia ser sinônimo de sofisticação, de empreendimento industrial e intelectual e também de colonização européia, por pior que esta fosse.

Na crônica de 30 de maio de 1877, ao comentar o conflito entre Rússia e Turquia, observa:

A constituição turca, na verdade, fez uma grande impressão em toda a Rússia: humilhou-a. O Turco, o bárbaro, o infiel tinha uma constituição – essa alta expressão da civilização política – enquanto o Russo, o santo russo, vivia ainda sob o bel-prazer imperial. (Queirós, 2000, p.975)

Eis aqui uma clara referência política para a idéia de civilização. Para haver civilização faz-se necessária uma constituição. Mas o que Eça entende exatamente por constituição. É o que o que nos elucidar ao comentar ainda a mesma guerra na crônica de 10 de Janeiro de 1878:

É doloroso ver que esta guerra injusta tem como resultado fortificar, enfatuar, perpetuar um governo inimigo de toda a liberdade, defensor de todo o despotismo, cuja justiça se chama Sibéria, cuja administração se chama Polônia, que tempera a liberdade dos jornais pelo assassinato dos jornalistas, que liberta os servos para melhor os poder explorar pelos impostos, que condena um romancista ou um poeta a prisão perpétua se o seu poema ou a sua novela desagradam à polícia, que expulsa o estrangeiro suspeito de liberalismo como se enxota um cão, que tem como sistema de governo a delação e a espionagem, que chicoteia as mulheres cujos maridos não convêm, que exila os maridos cujas mulheres convêm e **que civiliza as raças de civilização inferior** – destruindo-as. Eu não tenho certamente nenhuma simpatia pelo sultão: **uma tão rica porção de território europeu, como a Turquia, nas mãos de uma raça preguiçosa e asiaticamente passiva é certamente uma perda para a civilização**, é uma esterilização de força produtiva; mas se o golpe ao Urso Branco, ao campeão da tirania, pudesse vir da Turquia, hurra pela Turquia!, **hurra pelo china ou pelo mongol!**, hurra por qualquer povo negro ou nu que pudesse libertar a Rússia, a

**Europa**, a liberdade e o pensamento desta tenebrosa entidade, o Governo do czar! [grifos meus] (Queirós, 2000, p.999-1000)

Ter uma constituição significa não ter um governo despótico, garantir o direito de representação no poder dos diversos grupos sociais e garantir a cidadania. Além disso, nesse trecho há um claro juízo preconcebido sobre a idéia de civilização, pois se os russos são criticados em seu despotismo, os turcos também não são bem vistos, já que são “asiaticamente passivos” e de “raça preguiçosa”. A questão racial aqui ganha corpo.

O termo “raça” empregado como sinônimo de povo, cultura, identidade nacional, tinha fundamentação no darwinismo social. Há nos textos de Eça inúmeras referências a Darwin. Na crônica de 14 de maio de 1877, por exemplo, ao comentar a “descoberta” do monte Roidaima (certamente o monte Roraima) na Guiana Inglesa, aparece bem clara a referência à teoria da evolução das espécies.

Que espécie de homens habitam ali? Que raça? Que língua falam? Desde Adão, segundo a Bíblia, ou desde o primeiro macaco, segundo Darwin – habita ali uma tribo, uma nação.

Que civilização tem? Que estranhos animais se encontrarão ainda lá? Que estranhas árvores? Os jornais ingleses pedem, à uma, que se organize uma exploração, com balões, para subir lá e ver! Confesso que é tentador: quantas maravilhas a ciência poderá ali encontrar! É bem possível que lá vivam muitas das raças animais que no resto do globo desapareceram.

E que sensação a do explorador que, ao descer da barquinha do balão, ao aportar àquele mundo aéreo – visse um ser felpudo, um imenso macaco humano, fazendo pastar tranqüilamente um rebanho de mastodontes? (Queirós, 2000, p.942)

A evolução das espécies estava no horizonte quando se falava em raça. Em se tratando de América, a fantasia e a ironia de Eça têm campo aberto para especular com os pressupostos darwinistas. Mas o mesmo não acontece quando se trata de uma região européia. Quando, numa crônica de em 28 de março de 1878, fala dos gregos, que se encontravam tão em desacordo com os padrões de civilização da época quanto os turcos, por exemplo:

Mas a isto pode-se dizer que aos Gregos tem faltado uma oportunidade de revelar as suas qualidades industriais, sagazes, ativas, expansivas. O território que possuem é o mais árido e o mais estéril da Europa. Sem agricultura e sem indústria, as forças vitais emigram e vão levar a outras terras a sua perseverança e a sua habilidade. Os gregos mais ricos, mais prósperos, a alta burguesia grega que tem o capital e a iniciativa não está na Grécia; está em Londres, em Berlim, em Viena, em Frankfurt, em Constantinopla, em São Petersburgo e em Paris. Dê-se-lhe um território fértil, uma cidade como Constantinopla que seja um grande entreposto de comércio, minas a explorar, uma frota de transporte, e não há dúvida que a habilidade comercial do grego, **a mais fina raça do Levante**, poderia constituir uma nação próspera. A política, a

administração, as finanças, não seriam como agora governadas pelos intrigantes de Atenas, mas pelas verdadeiras capacidades gregas que neste momento estão espalhadas pela Europa à testa de grandes firmas comerciais e industriais. E lentamente a experiência da própria força, a responsabilidade de governar uma grande extensão de território, **uma comunicação mais direta com a civilização ocidental**, a necessidade de se organizarem para se fortalecerem, daria ao povo grego aquela seriedade política e aquela ciência social que fazem os países prósperos. [grifo meu] (Queirós, 2000, p.1023)

Infere-se, portanto, que civilização é sinônimo de elegância, de colonização, de constitucionalismo, de progresso material, de organização burocrática, mas também de proximidade com a Europa, mais especificamente com a França, como comenta na crônica de 21 de maio de 1878:

Paris, no fundo, é a grande capital da civilização; o seu messianismo é incontestável; o que ela pensa é-nos dogma, o que ela quer é-nos lei: o mundo instintivamente obedece-lhe: há nela não sei que graça magnetizadora, que forte ascendência espiritual a que se não resiste: a humanidade civilizada tem por ela um vago amor e deixa-se docemente tyrannizar: se ela nos impõe a idiota canção *C'est l'amant d'Amanda*, protestamos primeiro, rimos depois. Terminamos todos por a cantar; se ela nos impõe uma idéia social, podemos um momento hesitar, acabamos todos por a servir: o que ela cria tem a nossa admiração certa, ou seja Offenbach ou seja Gambetta; ela exerce a fascinação de certos olhos de mulheres, cuja luz convence; hoje Paris quer a paz, e a Europa já não se atreve a fazer a guerra. (Queirós, 2000, p.1027)

Constata-se, portanto, que Eça tem nesse momento uma perspectiva evolucionista de mundo, no qual a civilização europeia se encontra acima de qualquer outra, sendo a França seu paradigma. Enquanto os gregos são vítimas das circunstâncias climáticas, os russos são vítimas de suas opções políticas. Ambos, no entanto, apesar de abaixo de uma França ou de uma Inglaterra, estão muito mais próximos da civilização do que os turcos, os negros africanos ou os índios sul-americanos, que são retratados ou apenas referidos de modo depreciativo ou jocoso. Se lembrarmos que Eça sobrepõe aqui grau de civilização e raça, constatamos um forte determinismo racial em toda a sua reflexão, fundamentado de forma pouco ortodoxa, como veremos, no darwinismo social que então vigorava. Este baseava suas teses no evolucionismo de Darwin e numa concepção racial poligenista, considerando que cada raça (brancos, negros, amarelos etc.) se encontrava numa etapa distinta do processo evolutivo. Daí a fundamentação para a superioridade do branco europeu sobre o africano ou o asiático.

Todavia, vale notar que, no elogio à civilização francesa que acabamos de reproduzir, Eça deixa transparecer sua consciência da imposição cultural implicada na

assimilação dos melhores paradigmas de civilização. A padronização de um gosto duvidoso está ali claramente enunciada, quando fala da “idiota canção” *C'est l'amant d'Amanda*. O que hoje podemos designar por imbecilização da mídia, que nos faz consumir e mesmo gostar de coisas que consideramos tolas, está aqui colocado de forma exemplar. É a consciência de nos deixamos levar pela mediocridade como prova de adesão incondicional ao que acabamos por reconhecer como o melhor.

Já em *Cartas de Inglaterra*, naquela intitulada “O Natal –a literatura de Natal para crianças”, ao refletir sobre a impossibilidade da sociedade humana acabar com a pobreza, diz:

Aqui estamos sobre este globo há doze mil anos a girar fastidiosamente em torno do Sol e sem adiantar um metro na famosa *estrada do progresso e da perfectibilidade*: porque só algum ingênuo de província é que ainda considera *progresso* a invenção ociosa desses bonecos pueris que se chamam máquinas, engenhos, locomotivas, etc., ou essas prosas laboriosas e difusas que se denominam *sistemas sociais*.

Nos dois ou três primeiros mil anos de existência trepamos a uma certa altura de civilização, mas depois temos vindo rolando para baixo numa cambalhota secular.

O tipo secular e doméstico de uma aldeia árida do Himalaia, tal como uma vetusta tradição o tem trazido até nos, é infinitamente mais perfeito que o nosso organismo doméstico e social. Já não falo de gregos e romanos: ninguém hoje tem bastante gênio para compor um coro de Ésquilo, ou uma página de Virgílio; como escultura e arquitetura, somos grotescos; nenhum milionário é capaz de jantar como Lúculo; agitavam-se em Atenas ou Roma mais idéias superiores num só dia do que nós inventamos num século; os nossos exércitos fazem rir, comparados às legiões dos Germânicos; não há nada equiparável à administração romana; o bulevar é uma viela suja ao lado da Via Ápia; nem uma Aspásia temos; nunca ninguém tornou a falar como Demóstenes – o servo, o escravo, essa miséria da Antiguidade, não era mais desgraçado que o proletário moderno. (Queirós, 2000, p.1104)

Com o recurso da ironia, Eça coloca em cheque tudo o que afirmara até ali sobre a idéia de civilização. A teoria da evolução das espécies aplicada ao âmbito social está aqui claramente representada pela terminologia “perfectibilidade” e “progresso”. Todavia, um dos critérios que caracterizava o ser civilizado, a tecnologia, perde prestígio a seus olhos, pois se mostra ineficiente para resolver aquilo para o qual foi criada: auxiliar o ser humano a suprir suas necessidades materiais. Além disso, ao tomar como referência a elite do mundo greco-romano, julga como rebaixada a elite da Europa que lhe é contemporânea. A noção de progresso material fica, portanto, comprometida eticamente com o bem comum, como Eça imagina que teria sido na antiguidade clássica. A noção eurocêntrica de civilização sofre sua primeira baixa.

Na terceira parte de “Os ingleses no Egito”, após comentar que o “Egito não é Serra Leoa” (o que comentaremos mais adiante), assim descreve a atitude do europeu que ali habita:

É que o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado; e, se tivesse o estilo de La Bruyère, descrevê-lo-ia como La Bruyère descrevia os aldeãos do tempo de Luís XIV, «vultos escuros, curvados sobre a terra e tendo a vaga aparência de seres humanos...»

[...]

E note-se que o europeu não tinha muito mais respeito pelo egípcio das classes superiores ou cultas.

[...]

**A complicada abundância da nossa civilização material, as nossas máquinas, os nossos telefones, a nossa luz elétrica, tem-nos tornado intoleravelmente pedantes: estamos prontos a declarar desprezível uma raça, desde que ela não sabe fabricar pianos de Erard; e se há algures um povo que não possua como nós o talento de compor óperas cômicas consideramo-lo *ipso facto* votado para sempre à escravidão...**

Por outro lado, os Egípcios olhavam para o europeu como para a última e mais terrível praga do Egito, uma outra invasão de gafanhotos, descendo – não do céu, onde ruge a cólera de Jeová, mas dos paquetes do Mediterrâneo, com a sua chapeleira na mão – a alastrar, devorar as riquezas do vale do Nilo. E este prejuízo não é especial às classes incultas: o paxá mais bem informado, educado em França, lendo como nós a *Revista dos Dois Mundos*, nunca reconhecerá o que o Egito deve à energia, à ciência, ao capital europeu: para ele, como para o último burriqueiro das praças do Cairo, o europeu é mais que o intruso – é o *intrujão*.

**O Árabe de modo nenhum se julga inferior a nós;** as nossas indústrias, as nossas invenções não o deslumbram; e estou mesmo que, do calmo repouso dos seus haréns, o grande ruído que nós fazemos sobre a Terra lhe parece uma vã agitação. **Ele sente por nós o pasmo misturado de desdém que pode sentir um filósofo vendo trabalhar um pelotiqueiro.** O pensador diz consigo que não é capaz de equilibrar uma espingarda sobre o nariz, e lamenta-o; mas consola-se refletindo que o saltimbanco não é susceptível de ligar duas idéias. Assim, o Muçulmano admira um momento o nosso gás, os nossos aparelhos, os nossos realejos, todo o nosso gênio mecânico; depois cofia a barba, sorri e pensa consigo: «Tudo aquilo prova paciência e engenho, mas eu tenho dentro em mim alguma coisa de melhor, e superior mesmo ao vapor e à eletricidade – é a perfeição moral que me dá a lei de Maomé.». [grifos meus] (Queirós, 2000, p.1152-1153)

Novamente os recursos tecnológicos europeus são desqualificados, tomados como elementos que os cegam para o entendimento de outras civilizações e raças (estes dois termos são tomados como sinônimos). A tão apreciada relação entre “civilização” e “sofisticação” é também colocada em questão, ao afirmar de forma irônica a ausência de ópera cômica numa sociedade como justificativa para escravizar os seus membros. A cor da

pele também é nuançada, já que o fato de o felá egípcio ser escuro não autoriza que daí se deduza sua inferioridade.

Enfim, o eurocentrismo da noção de civilização sofre dois novos ataques: nem sofisticação, nem pele branca são elementos imprescindíveis para que um povo seja civilizado.

Mas o mais interessante neste trecho é o jogo de espelhos que se estabelece entre os dois grupos em questão, já que, depois de comentar, e condenar, o modo como o europeu vê o egípcio, passa a descrever como o egípcio e, mais genericamente, o árabe vê o europeu. Não se considerando inferior a este, o árabe o vê como intruso, como praga, como um homem pragmático e ignorante das coisas verdadeiramente importantes da existência.

Há aí um verdadeiro exercício antropológico do olhar, que se coloca no lugar do outro para tentar ver-se dali com a maior fidelidade possível. Isso também ocorre na carta “Chineses e japoneses”, que trata da ignorância do europeu sobre a guerra que transcorria entre esses dois povos.

O Europeu tem decerto viajado desde que se criou a Agência Cook, folheia narrações de viagens (quando abundam em anedotas e diálogos), e já não exclama, à maneira das damas eruditas e dos espíritos picantes do século XVIII: «Como é possível ser persa.» **Hoje começamos realmente a compreender (com certas reservas) que se possa ser chinês.** [...] Porque os Chineses não querem ter caminhos de ferro, nem fios de telégrafo, nem candeeiros de gás, que constituem para nós as expressões sumas da civilização, concluímos rasgadamente que são bárbaros. E enquanto aos Japoneses, que já copiaram as locomotivas e os telefones, só nos parece que essa civilização importada, macaqueada e mal usada, os torna irreparavelmente grotescos. **Que por trás do rabicho e dos guarda-sóis de papel, e das caturrices, e de todo o exotismo, existam sólidas instituições sociais e domésticas, uma velha e copiosa literatura, uma intensa vida moral, fecundos métodos de trabalho, energias ignoradas, o europeu mediano não o sus peita.**

Mesmo que conhecesse todas essas forças e virtudes, não se impressionaria, nem votaria mais respeito a essas pobres raças, que só o divertem. Quando uma civilização se abandona toda ao materialismo, e dele tira, como a nossa, todos os seus gozos e todas as suas glórias, tende sempre a julgar as civilizações alheias segundo a abundância ou a escassez do progresso material, industrial e sumptuário. **Pequim não tem luz elétrica nas lojas; logo, Pequim deve ser uma cidade inculta.**

[...]

Mas que os Chineses tenham só defeitos ou só qualidades, o certo é que arranjaram a seu modo uma civilização que possui sem dúvida uma força prodigiosa, pois que tem sobrevivido a todas as formas de civilizações criadas pelo gênio da raça ariana: e que **possui decerto também uma grande doçura, porque o tema invariável e secular da literatura chinesa, desde as máximas dos filósofos até às canções dos lírios, é celebrar a inefável e incomparável felicidade de ser chinês, de viver na China!** (Queirós, 2000, p.1375-1376)

Mais uma vez a prepotência da civilização europeia é criticada em seu aspecto materialista, isto é, por fundamentar seu conceito de civilização na tecnologia, desconsiderando que outros povos podem não ter os mesmos valores. Há, pois, aí uma efetiva relativização cultural.

Muito do que Eça fala sobre a Inglaterra tem endereço certo. Assim como em *A emigração como força civilizadora* (1874) tomava a colonização inglesa como pioneira e exemplar, assim também agora atacava veementemente o império britânico, em função de crescente ser interesse na África, em conflito com os interesses portugueses, que redundariam anos depois no *Ultimatum* inglês. Entretanto, isso não invalida o resultado do jogo de olhares que aqui se estabelece.

Na sexta parte de “Os ingleses no Egito”, volta a atacar a colonização inglesa, demonstrando ser um grande crítico do que hoje chamamos de globalização:

Estão em toda a parte, esses ingleses! O século XIX vai findando, e tudo em torno de nós parece monótono e sombrio – porque o mundo se vai tornando inglês. Por mais desconhecida e inédita nos mapas que seja a aldeola onde se penetre; por mais perdido que se ache num obscuro recanto do universo o regato ao longo do qual se caminhe – encontra-se sempre um inglês, um vestígio de vida inglesa!

Sempre um inglês! Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico.[...]

Estranha gente, para quem é fora de dúvida que ninguém pode ser moral sem ler a Bíblia, ser forte sem jogar o críquete e ser *gentleman* sem ser inglês!

E é isto que os torna detestados. Nunca se fundem, nunca se *desinglesam*.

[...]

É por isso que nos países onde vive há séculos é ele ainda o *estrangeiro*.

E isto torna-os fatais como domadores – porque todo o seu esforço consiste em reduzir as civilizações estranhas ao tipo da sua civilização anglo-saxônia. (Queirós, 2000, p.1172-1173)

Eis aqui uma consciência clara de anglicização do mundo, com o inglês presente em todo o globo, sempre dono de um comportamento que passava a ser paradigmático. Ainda que Eça aponte o estrangeirismo desse cidadão do mundo, revela a consciência de uma ação abrangente, intransigente e *estandardizante* do modelo civilizatório inglês. Perceber o quanto a expansão europeia, e em especial a inglesa, começava a criar globalmente um padrão único de comportamento, de necessidades, de valores, enfim um mesmo *life style*. Isso foi algo que poucos apontaram como problema. Pelo contrário, muitos viam aí um claro indício do progresso humano.

Questionar a colonização britânica, caracterizando-a como inflexível, funcionou como uma estratégia para flexibilizar por dentro o eurocentrismo da noção de civilização. Foi dizer que mesmo dentro da Europa não havia homogeneidade sobre como deveria ser o processo colonial e qual seria o melhor modelo de civilização entre as nações européias. Sua opção, no entanto, era clara: a França.

A partir daí, Eça pode formular um *ranking* de civilizações do planeta, incluindo separadamente as nações européias. Na continuidade do texto acima citado, após comentar a antipatia que o comportamento dos ingleses gerava, pondera:

**O mal não é grande quando eles operam sobre a Zululândia e sobre a Cafraria, nessas vastidões da Terra Negra, onde o selvagem e a sua cubata mal se distinguem das ervas e das rochas, e são meros acessórios da paisagem: ai encontram apenas uma matéria bruta, onde nenhuma anterior forma de beleza original se estraga quando eles a refundem para fazer à sua imagem. Vestir o desventurado rei negro Cetevaio como eles agora fizeram de coronel de infantaria; obrigar os chefes dos Basutos a saber de cor os nomes da família real inglesa, são talvez actos de feroz despotismo, mas não deterioram nenhuma primitiva originalidade de linha ou de idéia.** Para Cetevaio, que andava nu, uma fardeta, mesmo de infantaria, não faz senão vesti-lo; e é indiferente que dentro do crânio dos Basutos haja só fórmulas de invocação ao manipuloso, ou também nomes de príncipes da Casa de Hanover.

Mas **quando eles trabalham sobre antigas civilizações como a da Índia, onde existem artes, costumes, literaturas, instituições, em que uma grande raça pôs toda a originalidade do seu génio – então a política anglo-saxônia repete pouco mais ou menos o atentado sacrílego de quem desmantelasse um templo búdico belo como um sonho de Buda, para lhe dar na sua reconstrução as linhas hediondas do Stock Exchange de Londres;** ou ainda de quem se fosse ao mármore divino da Vênus de Milo e tentasse, à força bruta de martelo e cinzel, dar-lhe o feitio, as suíças e a sobrecasaca de Lord Palmerston! [...] Que a Índia, por exemplo, seja coberta de caminhos de ferro, fornecidos pelos industriais de Northumberland e pagos pelo índio – excelente! **Mas ao menos que as aldeias onde eles passam, essas aldeias que os mesmos ingleses descrevem como pequenos paraísos de paz, de trabalhos simples, de costumes doces, de frugalidade, de frescura, de beleza moral, não sejam tornadas tão tristes como as tristes paróquias de Yorkshire, introduzindo-se logo lá o *policeman*, o depósito de cerveja, a capela protestante de tijolo, o livreiro de Bíblias, o vendedor de *gus*, a fumarça de uma fábrica, a prostituição e a *workhouse*!...** [grifos meus] (Queirós, 2000, p.1173-1174)

Na Zuzulândia e na Cafraria tudo podia, assim como provavelmente também em Serra Leoa. Nessas localidades não haveria civilização respeitável, isto é, uma cultural material e intelectual que, na opinião de Eça, pudesse rivalizar com a européia em seus registros escritos, pictóricos, musicais, em edificações, estrutura social, política e militar,

em religiosidade etc. Já na Índia, na China ou no Egito, era possível aplicar o relativismo de civilizações por preencherem os pré-requisitos acima arrolados.

Outras nações, como Portugal, Venezuela, Argentina ou Peru também recebem críticas, pois estariam aquém dos melhores padrões civilizatórios. Em “O Brasil e Portugal”, de *Cartas de Inglaterra*, Eça resguarda a recente nação brasileira (seu maior público), mas desqualifica sua pátria e os outros países sul-americanos:

Donde eu concluo que Portugal, recusando-se ao menor passo nas letras e na ciência para merecer o respeito da Europa inteligente, mostra, à maneira do vadio de Caracas [que se igualaria ao de Lima ou de Buenos Aires], o desprezo mais soberano pelas opiniões da civilização. Se o Brasil, pois, tem essa qualidade eminente de se interessar pelo que diz o mundo culto, deve-o às excelências da sua Natureza, de modo nenhum ao seu sangue português: como português, o que era lógico que fizesse era voltar as costas à Europa, puxando mais para as orelhas o cabeção do capote...

Isso reaparece em “A propósito da doutrina de Monroe e do nativismo”. Ao comentar a disputa pela exploração de ouro em território venezuelano por ingleses e americanos, desqualifica mais uma vez o homem venezuelano e, por extensão, os povos centro-americanos, em função da colonização espanhola que sofreram:

Venezuela deve ter atingido, neste momento, o ponto supremo da sua felicidade nacional – se é certo que a nação reproduz sempre, coletivamente e com intensa magnitude, as virtudes e os defeitos do indivíduo. O homem de Venezuela, como geralmente os homens das repúblicas latinas que cercam o golfo do México (se é que eles conservam as naturezas que lhes conheci), tem o apetite constante e infartável do brilho, da publicidade, da nomeada, da importância ruidosa e que reluz. (Talvez por isso eles se carregam tão profusamente de jóias – para faiscarem ao longe.)

Este prurido de gloriola, de caráter mórbido, constitui uma verdadeira inflamação aguda da personalidade. E uma herança do velho sangue espanhol, apesar de tão adelgado e aguado hoje nas veias por onde corre. Ainda por isso, as vezes, leva ao heroísmo; mas quase sempre pára no alarde e na farófia. (Queirós, 2000, p.1416)

Mas isso tem uma fundamentação teórica para Eça, pois um dos critérios do *ranking* de civilizações de Eça é o da antiguidade:

Pois foi desta frase do presidente Monroe, já platônica e estéril em 1823, que os ianques, com o natural orgulho de quem sente cada dia surdirem em si forças novas, e com a ambição de passarem perante o mundo como criadores únicos da sua grandeza, e ainda também com **esse surdo despeito que os povos coloniais conservam contra os seus antigos dominadores, cuja civilização mais requintada, por ser mais velha e complexa, eles nunca podem igualar na sua beleza, estabilidade e brilho histórico** – extraíram essa singular fórmula da *América para os Americanos!* [grifo meu] (Queirós, 2000, p.1422)

Os Estados Unidos eram uma nação nova, que nada mais fazia do que reproduzir a civilização européia na América. Assim também concebia as nações de origem hispânica. Ignorava as ricas tradições culturais dos maias, dos incas ou dos astecas, provavelmente porque estas não teriam contribuído para o aprimoramento da civilização européia. Assim, via não só os Estados Unidos, mas também toda a América como nações novas que podiam reproduzir melhor (Estados Unidos e Brasil) ou pior (a América hispânica) os padrões europeus de civilização européia; diferentemente da China, Egito ou Índia, que tinham civilizações próprias.

Refuta, no entanto, em “A sociedade e os climas”, de *Cartas familiares e bilhetes de Paris*, o determinismo geográfico:

Sobre o mesmo solo e dentro do mesmo ar pode haver duas Atenas, uma grandiosa, outra reles. E debaixo dos trópicos, esses criadores fatais da moleza, do vício e da servidão, brota muita energia, muita virtude, muito civismo. As qualidades fortes e as qualidades fracas não estão divididas na Terra por zonas, como as plantas – de outro modo os Lapónios e os Gronelandeses seriam os povos superiores da humanidade, e não se poderiam explicar **o heroísmo, a nobreza e a disciplina social dos Zulos**, que ocupam algumas das mais tórridas regiões da África. De fato, por esta teoria, toda a história se tornaria incompreensível – e a civilização do Alto Egito, as destemidas conquistas de Cartago, a grandeza intelectual dos Hindus seriam fenômenos absurdos, ó meu ilustre Montesquieu! [grifo meu]

Vale a pena notar que Eça reconhecia civilização entre os Zulos, revelando que seu relativismo de civilizações não tinha forte fundamentação racial, como já demonstrara em relação aos árabes de pele escura, ainda que não fugisse de todo ao preconceito generalizado do período.

O fato é que o *ranking* das civilizações de Eça era mais ou menos assim: no topo se encontrava a França, isolada; depois estavam a Inglaterra e a Alemanha. A partir daí, tudo ficava bastante complicado. Pois admirava a Rússia por sua grandiosidade, mas a condenava por sua opção política; admirava a Grécia ou o Egito pelo papel histórico que cumpriram, mas condenava a situação em que se encontravam; elogiava a cultura árabe no Egito, mas a condenava na Turquia; admirava a postura dos zulus, mas desprezava a Zuzulândia; admirava o grau a força dos Estados Unidos, mas condenava-os como nação que pouco contribuía com a civilização.

O fato é que Eça, ao colocar em questão os pressupostos materiais que fundamentavam o ideal de civilização européia, passou a flexibiliza-lo. Exercitou seu olhar

e se colocou na pele do outro (do árabe, do chinês, do zulu), procurando compreender as outras civilizações. É certo que julga de forma rebaixada grande parte da África e praticamente todos os países latino-americanos de língua espanhola. Mas, por diferentes motivos, também a Rússia, a Turquia, os Estados Unidos, Portugal e mesmo a Inglaterra e a França. Para compreender tal imbróglio no *ranking* das nações civilizadas, podemos lembrar um trecho do texto “O inverno em Paris”, que publicara na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 23 de abril de 1895, tratando do paradoxo entre civilização e miséria social:

    Todos tínhamos, com efeito, esquecido o pobre, nesta grande ilusão e deslumbramento do progresso material que nos absorveu e obcecou setenta anos. Enganados pela ciência, embrulhados nas subtilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construímos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nova civilização utilitária, se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre! No fim destes setenta anos de martelar e de forjar, havia com efeito alguns sujeitos muito gordos e muito ricos – mas havia uma multidão de famintos, mais faminta e maior que nenhuma que o mundo vira desde o velho patriciado romano.

A consciência que Eça possuía da má distribuição de bens materiais na sociedade, que já apontamos no texto “O Natal” (pertencente ao que consideramos a primeira fase do escritor), revela que seu relativismo em relação à noção de civilização tinha um ponto nevrálgico que se manteve praticamente intacto: sua consciência de que não há civilização enquanto não houver justiça na distribuição dos bens por ela gerados. Esse pressuposto é que permite a Eça transformar pouco a pouco suas idéias sobre civilização, já que pressupõe igualdade entre todos os seres humanos (princípio que o ligava indissolúvelmente à França, isto é, à Revolução Francesa). Ao tomarmos as teorias raciais do século XIX, podemos dizer que Eça, apesar de se apropriar do vocabulário racial dos poligenistas, como foi observado anteriormente, sempre foi um monogenista. É provável que jamais tenha tomado o africano, o europeu ou o asiático como oriundos de raças distintas na evolução das espécies. Isso lhe permitia considerar que todos os homens tinham iguais condições biológicas para chegar ao mesmo fim, o que estava muito próximo a se dizer que todos eles de fato chegavam, cada um à sua maneira e ao seu fim, como em breve

iriam dizer os etnólogos. Ainda que não tenha elaborado uma visão fenomênica ou fenomenalista de mundo, creio que caminhava nesse sentido.

Outro elemento que o resguardou da adesão ao darwinismo social foi ao certo seu irônico ceticismo. Ainda na Inglaterra, ao se questionar sobre a reprodutibilidade da miséria na sociedade dita civilizada, observa:

De fato, pode-se dizer que o homem nem sequer é superior ao seu venerável pai – o macaco – exceto em duas coisas temerosas – o sofrimento moral e o sofrimento social.

Deus tem só uma medida a tomar com esta humanidade inútil: afogá-la num dilúvio. Mas afogá-la toda, sem repetir a fatal indulgência que o levou a poupar Noé; se não fosse o egoísmo senil desse patriarca borracho, que queria continuar a viver para continuar a saber, nós hoje gozaríamos a felicidade inefável de *não sermos...* (Queirós, 2000, p.1104)

Portanto, nossa civilização é resultado da egoísta vontade de saber de um velho bêbado e senil, inferior ao macaco. Não dá para negar que os dias de hoje – com comportamentos globalizados, terror globalizado, miséria globalizada, mas riquezas elitizadas – nos fazem considerar atentamente a verdade, ou ao menos a verossimilhança, de tal hipótese.

#### BIBLIOGRAFIA

QUEIRÓS, Eça de. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000, vol. 3.